



---

### INTERFACES ENTRE SEGREDOS, MISTÉRIOS E DEMOCRACIA: notas de Norberto Bobbio

*Cristiano das Neves BODART<sup>1</sup>*

**Resenha do livro:** BOBBIO, Norberto. *Democracia e Segredo*. Organização Marco Ravelli; tradução Marco Aurélio Nogueira. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

A organização nominada “Democracia e Segredo”, publicada em 2011 na Itália e, em 2015, no Brasil, reúne quatro textos curtos, originalmente publicados em 1980, 1981, 1988 e 1990 pelo pensador e jurista Norberto Bobbio.

Bobbio nasceu em 18 de outubro de 1909 em Turim, Itália, e faleceu nessa mesma cidade, em 09 de janeiro de 2004, com 94 anos. Foi um renomado intelectual nos campos do Direito, da Filosofia e da Ciência Política, tendo sido professor de Filosofia do Direito e Filosofia Política. Maior parte de sua atuação docente se deu na Universidade de Turim (1948-1979), tendo abandonado definitivamente a vida universitária em 1984. A bibliografia dos escritos de Bobbio computa cerca de 2025 títulos, entre obras de ensaios, direito, ética, comentários políticos e textos filosóficos. Dentre as suas obras mais conhecidas estão “Dicionário de Política” (coautor), “O Futuro da Democracia”, “Qual Socialismo?”, “Teoria das Formas de Governo”, “Estado, Governo e Sociedade”, “Teoria Geral da Política”, “Liberalismo e Democracia”, “Teoria Geral do Direito”, “Conceito de Sociedade Civil”, “Qual Democracia?” e “Direita e Esquerda”.

A organização realizada pelo sociólogo, Marco Ravelli, dos quatro textos de Bobbio sobre as interfaces entre segredos, mistérios e regimes políticos, com atenção especial à democracia, não poderia chegar ao Brasil em melhor hora; não que os “jogos” políticos desvelados por Bobbio no

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo/USP. Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas/Ufal.

interior do regime democrático italiano não estivessem presentes antes no Brasil, mas recentemente tornaram-se mais evidentes devido as recentes operações da Polícia Federal, tais como as operações “Mãos Limpas”, “Zelotes” e “Lava Jato”. Bobbio nos oferece elementos para entendermos, em grande medida, a realidade brasileira, ainda que sua empiria fosse a experiência italiana.

*Democracia e Segredo* (2015) foi traduzido para o português pelo professor de Teoria Política da Universidade Estadual Paulista e doutor em Ciência Política (USP), Marco Aurélio Nogueira.

A obra traz um prefácio do organizador da obra, seguido dos quatro textos de Bobbio. O primeiro intitulado “O poder invisível”; o segundo, “O poder invisível dentro do Estado e contra o Estado”; o terceiro “Democracia e segredo” e; o último, “Segredo e mistérios: os poderes invisíveis”.

No prefácio, Marco Ravelli destaca a preocupação de Bobbio, relativamente cedo, em janeiro de 1970, com o “poder invisível” no interior e ao redor do Estado. Esse tema será retomado pelo jurista ao longo das décadas seguintes em textos curtos, alguns deles reunidos na obra aqui resenhada. O prefaciador destaca as origens do uso, por parte de Bobbio, do termo “poder invisível”, e seus correlatos. Apresenta, ainda, os contextos históricos italianos que levaram o jurista a escrever cada um dos textos dessa coletânea. É importante não olvidarmos que Bobbio foi um intelectual que esteve próximo da vida pública, sendo alguns de seus textos originalmente publicados em revistas e jornais e, quase sempre, em diálogo com os acontecimentos de sua época.

Os quatro textos foram escritos em momentos distintos. Os dois últimos apresentam-se como reforços argumentativos, com alguns aprofundamentos inexistentes nos dois primeiros textos. Acreditamos que tenha sido isso que levou o organizador a manter uma sequência cronológica das publicações.

Bobbio (2015) tem, nos quatro textos, o objetivo de esclarecer a composição dos jogos que envolvem o Estado, seja este autoritário ou democrático. Para o autor há em todos os regimes um “poder visível”, oficial e, um “poder invisível”, não oficial; embora, nos regimes democráticos, o poder não oficial tende a ser ainda mais invisível. Ainda que a regra no sistema democrático seja a publicidade, algum tipo de exceção existe em qualquer democracia (p.21). Algumas dessas exceções, destaca o autor, são legítimas e/ou saudáveis à manutenção da democracia, outras perniciosas. É importante considerar que Bobbio está se referindo a democracia real italiana,

distanciando-se de uma descrição do tipo ideal, nos moldes weberiano. Essa diferenciação, como destacou Dahl (2001) e o próprio Bobbio (2010), é fundamental para evitar desentendimentos comuns quando se discute a temática democracia. O autor está, a partir da empiria, preocupado em descrever como é o regime político e não como deveria ser, ainda que esta pretensão acaba aparecendo por vezes nos textos.

No primeiro texto, Bobbio inicia reafirmando a publicidade dos atos do governo como regra na democracia, destacando que só assim há um desejável controle e crítica da sociedade civil desses atos. Retoma um princípio apresentado por Kant para desenvolver seus argumentos: “Todas as ações relativas ao direito de outros homens cuja máxima são susceptível de publicidade são injustas” (p. 31). Será justamente da publicização de atos que haviam sido mantidos em segredo, justamente por não serem susceptíveis de publicidade por serem injustos ou ilegais, que consiste o escândalo. Nesse sentido o Estado é marcado por segredos e publicidades. Mas, a ideia que Bobbio desenvolve vai além disso. Sua proposta é desvelar que em qualquer forma de governo há poderes invisíveis, inclusive na democracia. Por isso destacou que

[...] a democracia costuma ser acusada de não cumprir a promessa de eliminar as elites do poder. Não cumpriu a promessa do autogoverno. Não cumpriu a promessa de integrar a igualdade formal com a igualdade substantiva (BOBBIO, 2015, p. 32).

Bobbio afirma que o poder invisível continua a existir. Segundo ele, debaixo de um governo há um governo que age na penumbra, o “subgoverno”; mais embaixo um governo ainda mais obscuro, o “criptogoverno”. Segundo o autor, o poder invisível pode assumir várias formas, destacando aquela que se volta contra o Estado, aquela que busca extrair vantagens do governo e; aquela instituída oficialmente pelo próprio governo, tais como o serviço de segurança. O certo é que “o poder é opaco” e “a opacidade é a negação da democracia” (BOBBIO, 2015, p. 35).

No segundo texto, Bobbio buscou destacar de que forma o poder invisível estaria presente dentro do Estado e contra o Estado. Evidencia que a presença de um poder invisível que atue paralelamente e, ao mesmo tempo dentro e contra, o poder do Estado é inadmissível em regimes democráticos, ainda que esteja presente. Para defender esse posicionamento retoma a origem etimológica da palavra “República”. Argumenta ainda que “[...] não existe democracia sem opinião pública, sem a formação de um público que pretenda ter o direito de ser informado das decisões que são tomadas em nome do interesse coletivo e de exprimir sobre elas sua própria crítica livre” (BOBBIO, 2015, p. 41).

O “olhar Panóptico”, que tudo vê e não pode ser visto, característico dos estados despóticos, deve dar lugar, na democracia, às ações realizadas sob à luz do sol, sendo vista sem poder ver. Bobbio encerra o segundo texto externalizando seu otimismo, mas deixando evidente que é necessário “ter coragem e agir de modo consequente” para que haja um maior aperfeiçoamento da democracia.

O terceiro texto, “Democracia e segredo”, escrito em março de 1988, é o mais extenso da coletânea, com 33 páginas. Neste o autor parte do princípio de que por muito tempo o segredo teria sido a essência do poder. É feita uma apresentação de autores que ao longo da história relacionaram o poder ao segredo, sendo este, em muitas situações, uma arma do Estado. Para tanto, destaca algumas das maneiras do uso do segredo no processo de dominação. A legitimidade da existência dos segredos dos governantes e do Estado, argumenta Bobbio, esteve por séculos atrelada a ideia de que o poder do rei era derivado de Deus, sendo o suserano seu representante na terra. Na modernidade, em nome da burocracia, criou-se o “segredo oficial”, este sendo o domínio do conhecimento técnico [ou especializado] não dispostos à todos, sendo cada vez mais inacessível à massa. Destaca também a potência do segredo nas relações internacionais e o benefício do segredo em alguns casos permitidos pela Constituição e que não trazem prejuízos a terceiros.

Bobbio, embora diferencie a democracia da autocracia, utilizando-se do elemento “transparência”, afirma que esta, mesmo nos regimes democráticos implica um “duplo Estado”: um visível, dirigido pelas regras da democracia que prescrevem a transparência e; um invisível que existe paralelamente ao visível ou dentro dele. Mas o autor se mostra, em certa medida, otimista, ao afirmar que “a violação da publicidade é, num sistema democrático, condenada pela opinião pública e pode mesmo ser passível de sanções políticas, comprovando assim que o controle democrático pode ter certa eficácia” (p. 68). Ao afirmar isso, Bobbio ignora o fato de que há muitos políticos que, comprovadamente corruptos, não são punidos politicamente, se reelegendo e continuando na vida pública por anos, questão provocativa para pensarmos a atual realidade brasileira.

No último texto, “Segredo e mistérios: os poderes invisíveis”, Bobbio aprofunda uma questão também presente nos textos anteriores: a diferença entre segredos e mistérios. Destaca que o segredo é um ato de escolha, enquanto que o mistério não o é. O segredo dar-se, atesta o autor, por uma imposição, enquanto que o mistério por insuficiência de nossas capacidades cognitivas.

Ainda que distintos, ambos podem coexistir, afirma. O autor atesta, por vezes, que “o segredo encontra-se no mais recôndito cerne do poder” e que “o segredo favorece o desvio”, por isso em regimes democráticos os segredos seriam perigosos e, na maioria dos casos, prejudiciais. Para ele, “de segredo em segredo, de desvio em desvio, pode ocorrer que uma instituição criada para prevenir ou obstaculizar um improvável golpe de Estado comunista nos tenha feito de fato correr o risco de enfrentar um golpe de Estado de direita [...]”. Eis outra questão que nos leva a pensar o papel do parlamento brasileiro no recente impedimento da presidente eleita Dilma Rousseff.

Bobbio encerra seu texto com uma indagação que envolveu a realidade italiana de 1990, a qual nos leva a pensar o contexto atual brasileiro: “Seria exagerado dizer que chegamos a um ponto limite, a partir do qual somente se vislumbra a derrota da democracia?” (p. 83). O conhecimento público de poderes invisíveis, que atuam contra o Estado e dentro dele, seria um sinal de sua maximização ou a resposta do regime democrático rumo a seu aperfeiçoamento? Nesse sentido a obra resenhada é, associada a uma escrita fluida, bastante provocadora!

Ainda que Bobbio indique a existência de poderes invisíveis, seu conceito parece não abarcar uma análise mais aprofundada do poder, tais como àquelas apresentadas por Bourdieu, em “O Poder Simbólico”, e por Foucault, em “A microfísica do Poder”. Ainda que tivesse feito menção à ideia de “olhar Panóptico”, também utilizado por Foucault para discutir a importância do uso do segredo e da vigilância constante das massas na sociedade moderna, sua abordagem do poder nos pareceu superficial. Nesses textos que compõe a coletânea resenhada, Bobbio limita-se às relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições, desconsiderando outras formas de manifestações do poder, inclusive as mais sutis e simbólicas. Todavia, Bobbio nos desvela faces das relações de poder que são reconhecidas pela sociedade apenas em momentos pontuais de publicização de escândalos, tais como aqueles que hoje vivenciamos no Brasil.

O autor, em outra obra (1986, p. 145) afirma que é necessário “considerar o Estado como fundado sobre um contrato social” para entendermos a democracia, partindo da ideia de que “o poder sobe de baixo para cima e não desce de cima para baixo”. Nesse ponto, Bobbio busca refutar a ideia marxiana (2005 [1843]; 2008[1857]) - ao mesmo tempo que defende o regime - de que a democracia seria um Estado mercantil burguês. Os quatro textos, aqui resenhados, frutos da empiria, acabam testemunhando contra Bobbio ao evidenciar as relações de poder no interior e ao redor do Estado, sem, contudo, a sociedade ser parte consciente dessa disputa, justamente por tratar-se de “segredos” presentes nos Estados autocráticos e democráticos. Para Marx não

existe um estamento *uno* do Estado<sup>2</sup>, como propôs Hegel; ao contrário, a “polícia”, os “tribunais” e a “administração” não representariam a sociedade civil, antes são “delegados do Estado para administrar o Estado contra a sociedade civil” (MARX, 2005 [1843], p.68). Destarte, Bobbio descreve uma empiria que evidencia a influência de grupos sobre o Estado [a cabo, a dominação], o mesmo ocorrendo por meio de seu esboço histórico; fato que corrobora para responder seu questionamento final. A este afirmamos que sim; seria, de fato, exagerado dizer que a Itália havia chego a um ponto limite, a partir do qual somente se vislumbraria a derrota da democracia, isso porque sua análise demonstra que as denúncias trazidas à democracia italiana apenas evidenciam elementos que sempre estiveram presentes no interior e ao redor do Estado, independente do regime político adotado.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Democracia e Segredo*. Organização Marco Ravelli; tradução Marco Aurélio Nogueira. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

\_\_\_\_\_. *Qual democracia?* Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Bertrand: Rio de Janeiro, 1998.

DAHL, Robert A. *Sobre a Democracia*. Trad. Beatriz Sidou. Brasília: Editora UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo. 2005.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

*Recebido em: 16 de set. 2016.*

*Aceito em: 21 de nov. 2016.*

---

<sup>2</sup> Para Hegel “o Estado como soberano deve ser Uno, Um indivíduo, deve possuir individualidade. O Estado é Uno ‘não somente’ nessa individualidade; a individualidade é apenas o momento natural de sua unidade, a determinação natural do Estado” (MARX, 2005 [1843], p. 45-47). Assim, existiria uma a “consciência do Estado”, a “vontade do Estado”, a “potência do Estado”, sendo essa a essência espiritual da sociedade. A crítica de Marx dar-se por acreditar ser essa perspectiva irrealista e modelada a partir do Estado absolutista, ignorando outras possibilidades.